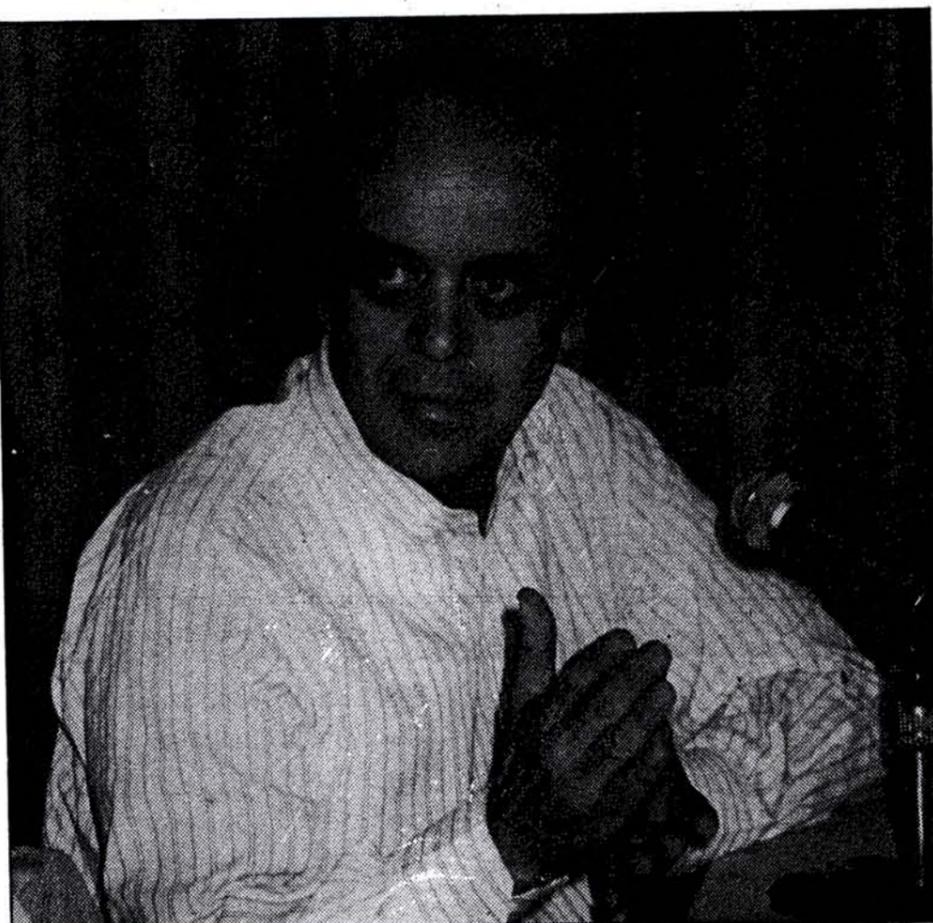


CONFERÊNCIA DO MÊS - MAIO

A revisão constitucional

Os principais efeitos da Constituição e as mudanças a serem feitas nela serão discutidos por José Serra (foto à dir.), deputado federal pelo PSDB-SP, no dia 25 de maio, às 17 horas, na conferência *A Reforma da Constituição em 93*. Dos vários aspectos relacionados com a revisão prevista no Ato das Disposições Transitórias, Serra analisará a necessidade de uma ampla revisão da Carta, os motivos que justificam sua antecipação e se esse adiantamento é constitucional. Com essa conferência, têm início as atividades do Programa A Reforma Constitucional de 1993, que dá continuidade às discussões surgidas no ciclo de conferências sobre a escolha do sistema de governo realizado no ano passado e no Fórum Capital-Trabalho.

Oswaldo José dos Santos/Agência USP



Oswaldo José dos Santos/Agência USP



CONFERÊNCIA DO MÊS - JUNHO

Democracia na América Latina

O cientista político Francisco Weffort (foto à esq.) faz no dia 11 de junho, às 9h, a conferência *As Novas Democracias e a Crise Econômica na América Latina*. Ele tratará da viabilidade do processo democrático no Brasil e na América Latina como um todo em períodos de crise econômica, além do papel do Estado no desenvolvimento econômico, temas cuja atualidade é demonstrada pelos últimos acontecimentos no subcontinente.

Programação maio-junho

As Áreas e Programas do IEA realizam em maio e junho vários eventos abertos ao público. Não é necessário inscrição. Pág. 8

Modernização à força

Na conferência que fez em março, o jurista Raymundo Faoro traçou um histórico das modernizações empreendidas no Brasil desde a vinda da corte de D. João IV. Segundo ele, em quase duzentos anos, modernizações sepultaram modernizações e em nenhum desses surtos o País encontrou a "pista da lei do desenvolvimento", isto é, o caminho da modernidade. Pág. 2

Estratégia Espacial

Apesar das dificuldades que o País vem atravessando nas últimas décadas, foi possível atingir um nível razoável de desenvolvimento no setor espacial. Entretanto, a falta de uma política que estabeleça estratégias consistentes para o setor pode prejudicar o esforço realizado e os recursos investidos. Pág. 5

Estatísticas educacionais

Em suas estatísticas, as autoridades educacionais brasileiras não consideram os alunos que abandonam a escola como reprovados, o que acaba provocando distorções que prejudicam a elaboração de políticas corretas para a melhoria do sistema de ensino básico, informa Sérgio Costa Ribeiro. Pág. 4

Os males da modernização



Segundo Raymundo Faoro (foto), a modernização é imposta, ao passo que a modernidade é fruto da descoberta da "pista da lei do desenvolvimento"

Em vez de buscar a modernidade, o Brasil padece de ímpetos de modernização, através dos quais se tenta queimar etapas no processo de desenvolvimento. Uma nova modernização sepulta a anterior e nenhuma consegue fazer com que o País encontre o caminho para o desenvolvimento. Impostas por elites pseudodissidentes em favor de seus interesses, essas modernizações mantêm a maioria da população alijada de benefícios sociais elementares. Esse diagnóstico é do jurista, cientista político e historiador Raymundo Faoro, que fez no dia 31 de março a conferência *A Questão Nacional: A Modernização*.

ATRASO - Faoro discorreu sobre a modernização na história mundial e brasileira. Lembrou que Thorstein Veblen (1857-1929), num ensaio de 1915, enfatizou as "vantagens do atraso" na corrida pelo desenvolvimento. Entre o país situado nas últimas colocações e o líder da corrida estaria o fenômeno da modernização (na época, correspondia à europeização). Os exemplos eram a Alemanha e o Japão, que assimilaram o desenvolvimento tecnológico queimando etapas, sem pagar o alto preço, econômico e social, que os ingleses pagaram pela conquista da liderança.

Entretanto, há uma contradição no raciocínio de Veblen, comentou Faoro: quando o país atrasado atingisse, através da modernização, os patamares de seu paradigma (o país líder da corrida), o caminho percorrido não seria o mesmo do país desenvolvido, devido ao *tour de force* empreendido.

Faoro citou que no prefácio de *O Capital*, Marx lembra que uma nação pode aprender com as outras, e, depois que "descobrir a pista da lei do desenvolvimento", não poderá saltar etapas por decreto, embora esteja no seu poder minorar e abreviar as leis desse parto. Ora, "se o desenvolvimento é mera extensão de uma fonte desenvolvida, como nas colônias gregas e, possivelmente, nos Estados Unidos em relação à Inglaterra, não se pode falar em modernização", concluiu Faoro.

DIFERENÇAS - "A modernidade compromete no seu processo toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e renovando seus papéis sociais, enquanto a modernização, pelo seu toque voluntário, senão voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes", disse Faoro. Na modernização não se segue "o trilho da 'lei natural', mas se procura moldar sobre o País, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança".

Dessa forma, a modernização traduz um esquema político para uma ação, fundamentalmente política, mas economicamente orientada. "A ação social que dela decorre não parte da economia como expressão da sociedade civil. Ela cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que na segunda". Na modernidade, comentou Faoro, as classes dirigentes coordenam e organizam um movimento, mas não o dirigem, conduzem ou promovem.

Ele citou como exemplo de ação típica da modernização a projetada e frustrada reforma que se quis derivar da recepção do positivismo comtista no século passado. Militares, engenheiros e médicos, "uma elite que não conseguia dar as cartas no estamento imperial", não formaram uma nova sociedade, mas um novo estamento, para ocupar o lugar do antigo.

PERFIL - A modernização como modelo de desenvolvimento adquiriu um perfil definido no século 18, segundo Faoro. A Rússia de Pedro, O Grande, procurou alcançar os países mais adiantados a ferro e fogo. Também o descompasso das economias motivou o Marquês de Pombal. "As reformas portuguesas partiam de uma plataforma intelectual, ideológica, antes de tudo: recuperar o pensamento científico, tolhido pela escolástica." A economia centrada na burguesia comercial deveria se tornar manufatureira, não como a inglesa, alvo inacessível, mas segundo o sistema colbertiano (proteção à indústria nacional, produção rigorosamente regulamentada e comércio exterior monopolizado por grandes companhias). "A nação seria reorganizada, com um absolutismo que não se constrangia em admitir o despotismo, favorecendo os setores privilegiados." Para Faoro, "sobre esta pedra, que mal durou o tempo de um reinado, formou-se a base, nunca abalada, de todas as modernizações brasileiras".

A primeira versão histórica da modernização no Brasil aconteceu com a transferência da corte de D. João VI para o Rio de Janeiro. Por sua vez, o "espírito pombalino permeou a obra da Independência, através do severo controle da ascensão social que a emancipação política deveria produzir". A extinção da escravidão, que seria a mais importante reforma social do Império, foi postergada em prol da moder-

nização. "Excluído o sonho das manufaturas, o País atirou-se na febre de estradas de ferro e melhoramentos urbanos."

CIÊNCIA - Entretanto, as estradas de ferro não trouxeram o progresso. Pensava-se então que a mudança ocorreria com "o retorno do espírito pombalino, reerguendo a tocha da ciência", disse Faoro. O desenvolvimento do País se daria, portanto, pela via da ciência, cultivada nas academias militares, na Escola Politécnica e nas faculdades de medicina.

A visão era de que "agora o desenvolvimento se implantaria, com o milagre da industrialização rápida, promovido por um 'poder espiritual' de cientistas". Essa elite pseudo-dissidente formava uma comunidade cujo centro se compunha de militares. A Guerra do Paraguai definiu essa liderança: "Uma guerra continental, que imaginava-se não seria mais do que uma excursão nas fronteiras do sul, levou a uma penosa e angustiada vitória, depois de quatro anos inglórios, mostrando a fraqueza e o atraso do País." Era preciso formar "um país diferente, para outras guerras".

Sob a vigilância de uma "república ditatorial", seria criada e fomentada uma classe de empresários tutelados. Uma classe dentro de um estamento, uma "elite divergente" que, apesar da sua coesão, nunca conseguiu ser dominante, nem se transformar numa classe governante, segundo Faoro. "Seu programa e sua ideologia, ainda que filtrados por meio do liberalismo, viriam a ter uma presença permanente na história brasileira, entrocando-se à base pombalina. Esta talvez seja uma das chaves da história brasileira, ainda não suficientemente identificada e iluminada."

IMPOSIÇÃO - "Além da grande modernização de 89-90, na verdade uma gigantesca bolha industrializante, sucedem-se, em menos de 50 anos, muitas outras. O progresso era tudo, os direitos do cidadão não existiam." Como exemplos, Faoro lembrou a modernização médica, com a vacina obrigatória, e a modernização

urbanística no Rio de Janeiro, que expulsou moradores e proprietários pobres de suas casas sem que lhes fosse permitido o acesso ao juiz. Dessa maneira, "o povo não participava da mudança: ele a padecia". Foi isso que Euclides da Cunha quis dizer em *Os Sertões*, quando observou que os brasileiros estavam "condenados à civilização", disse Faoro.

Apesar de tudo, havia uma

nuava excluído do pacto social, observou.

No século 20, o positivismo pombalista produziu dois frutos tardios, segundo Faoro: 1937 e 1964. "Nos dois momentos, o estamento militar, em rearticulação, proclamou-se modernizador, reformador, com o progresso dentro da ordem. Ou com o desenvolvimento sombriamente envolto na segurança nacional." A má performance do Brasil na Se-



Marquês de Pombal, mentor da reforma portuguesa no século 18, "base, nunca abalada, de todas as modernizações brasileiras"

"industrialização nascente, o-culta sob os fogos de artifício da agitação da praça do Rio de Janeiro", que teve seu movimento industrial aumentado de 400 mil contos em outubro de 1888 para um milhão e duzentos mil contos em outubro de 1890. Uma indústria moderna estava surgindo, aliando-se mais tarde às classes altas, "num consórcio entre o burguês, o fazendeiro e o banqueiro". Mas o povo conti-

gunda Guerra, de onde não saiu para ingressar no mundo das potências, com lugar no Conselho de Segurança da ONU, engendrou uma sinistra ideologia, cultivada na Escola Superior de Guerra (ESG). Para Faoro, repetiu-se o ocorrido após a Guerra do Paraguai. Não que a mudança no final do século passado e 64 tenham ocorrido em função da decepção com a atuação nas guerras, mas "o molde das

mudanças deveu-se, em parte maior, ao papel das forças armadas dentro do País".

Faoro ressaltou que o desenvolvimento não pode ser matéria de decretos, nem é assim que uma nação aprende de outra. "Uma elite não pode, por compulsão ou ideologia, gerar a nação. A nação que quer se modernizar sob o impulso e o controle da classe dirigente cria uma enfermidade, que a modernidade, quando aflora, extirpa, extirpando os modernizadores."

SOCIAL-LIBERALISMO- Para Faoro, a proposta do governo Collor não é mais uma modernização pombalino-positivista, mas uma modernização neoliberal, com o rótulo de social-liberalismo. "Mais uma vez uma elite dissidente, porém conservadora, pretende, pela via do Estado, anular o Estado. O Estado, com os estarrecedores índices de miséria que exhibe, se limitaria, na sua administração, a promover e, se houver sobras públicas, a assistir à população."

Se levada a efeito, essa proposta faria com que o liberalismo, em toda a parte uma ideologia da sociedade civil, fosse aqui uma ideologia do Estado para a sociedade civil, que receberia as diretrizes sobre que tipo de Estado que pode criar, comentou. O Estado se tornaria um mero planejador da infra-estrutura, sobre a qual assentariam as obras econômicas que estimulariam o desenvolvimento, "voltando as costas ao País, um País de uma minoria sitiada por uma maioria faminta e pobre".

Faoro disse que, em quase duzentos anos, modernizações sepultaram modernizações e em nenhum desses surtos encontramos a "pista da lei do desenvolvimento". A recuperação da modernidade, desvendar o leito por onde ela corre, não se faz do alto, pela revolução passiva, prussianamente ou pela burocracia, concluiu. "O caminho que leva a ela é o mesmo caminho no qual trafega a cidadania: essa via, que só os países modernos, e não modernizadores, percorreram, não tem atalhos. Os atalhos estão cheios de atoleiros de autocracias."

Alternativas para a seguridade

Uma delas é transferir a gerência do sistema para um colegiado

A solução para a crise na Previdência Social, segundo o deputado federal Antônio Brito (PMDB-RS), depende de um conjunto articulado de medidas tanto no que se refere a estrutura administrativa quanto ao regime de custeio e de benefícios. "Sem reformas estruturais, logo a Previdência sentirá os efeitos corrosivos de benefícios sem cobertura assegurada ou de fontes de financiamento esgotadas", disse durante o debate *A Seguridade Social no Brasil: Alternativas*, realizado no âmbito do Fórum Capital-Trabalho no dia 13 de abril.

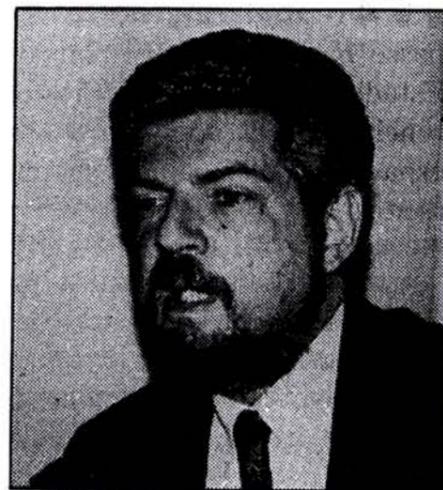
Brito apontou como um dos grandes problemas do sistema o desvio de recursos para outras atividades. Do total desti-

nado pela sociedade brasileira à seguridade social, através dos Fundos da Previdência Social, "pouco mais de 60% são utilizados em atividades-fim, restando 40% para pagamento de benefícios", afirmou. Segundo ele, o pagamento dos encargos previdenciários da União - referentes à complementação da aposentadoria de estatutários, militares e outros trabalhadores que contribuem em regime diferente daquele da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - e as despesas com o pessoal da área administrativa vão consumir 11,75% dos Cr\$ 123.674.321.490,00 da receita da seguridade social em 1992.

DIREÇÃO COLEGIADA - Baseado nas informações coletadas

pela Comissão Especial para Estudo do Sistema Previdenciário da Câmara dos Deputados, da qual é relator, Brito considera urgente transferir a gerência do sistema (atualmente de exclusiva competência do governo federal) para um colegiado composto por representantes indicados pelo governo, trabalhadores, aposentados e empresários.

Aníbal Fernandes, professor da Faculdade de Direito da USP, lembrou que é exigência do artigo 10 da Constituição de 1988 a gestão da Previdência Social por colegiados: "O modelo foi regulamentado pelas Leis nºs 8.212 e 8.213/91 e Decretos nºs 356 e 357/91. No entanto, os Conselhos de Previdência e Seguridade só



Antônio Brito

existem no papel".

Fernandes observou que o caráter antidemocrático de gestão não se restringe ao âmbito federal. Disse que o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp) também não tem direção colegiada.

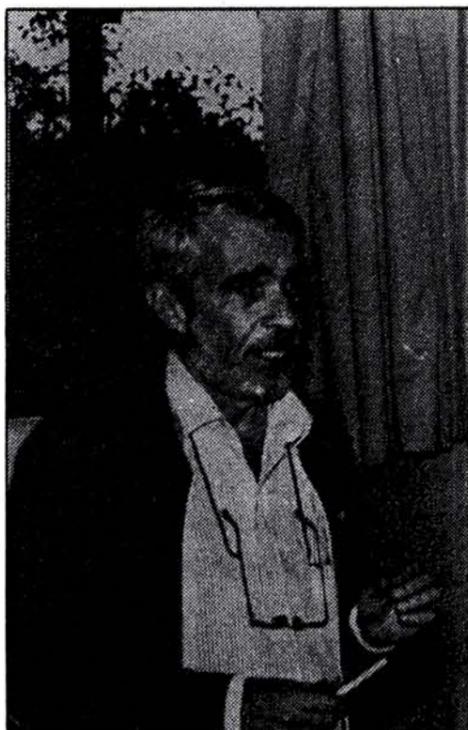
EDUCAÇÃO

Estatísticas no ensino: um problema conceitual

Para o Ministério da Educação (MEC) os alunos do ensino básico considerados repetentes são apenas aqueles oficialmente reprovados na série x no ano y e que se matriculam na mesma série x no ano $y+1$. Os alunos afastados por abandono (que tiveram sua matrícula cancelada) não são considerados como reprovados (repetentes na definição do MEC) caso se matriculem na mesma série no ano seguinte. "Em consequência, eles são considerados alunos 'novos' na série provocando inconsistências nos resultados estatísticos", comentou o professor visitante Sérgio Costa Ribeiro no seminário *As Estatísticas na Educação Básica*, organizado pelo Programa de Educação Para a Cidadania no dia 14 de abril.

Ribeiro explica que não há grandes discrepâncias entre os resultados do Censo Educacional do MEC e as estimativas do Profluxo, um modelo de metodologia alternativa para determinar indicadores educacionais: "O problema está na definição de repetente e na metodologia utilizada para o cálculo das taxas de transição de série".

O "erro" conceitual de considerar repetentes como "novos" alunos correspondeu a 13% da



Dario Borelli

Sérgio Costa Ribeiro: erro conceitual distorce dados sobre repetentes

matrícula da primeira série no Brasil em 1987. Ribeiro afirmou que esse fato ocorre em todas as séries do 1º Grau. Disse que o problema nos dados educacionais já havia sido detectado na década de 30 por Teixeira de Freitas.

Outra forma de repetência é observada principalmente na 1ª série do 1º Grau: surpreendentemente, um grande número de alunos oficialmente aprovados nessa série a repete no ano seguinte. "Esses 'repetentes aprovados' representaram, para o Brasil como um todo, cerca de 10% da matrícula na 1ª série e 2,6% na 2ª série em 1987."

Ribeiro acredita que esse erro no conceito de repetente, que já dura 50 anos no País, pode ser corrigido, permitindo que os governos estabeleçam políticas corretas para a melhoria dos sistemas de ensino básico.

REVISÃO METODOLÓGICA - Além da correção dos questionários do Censo Educacional, ele recomenda que o Profluxo seja utilizado de forma oficial. "O Profluxo introduz novos conceitos e informações que os Censos Educacionais não podem oferecer". Essa metodologia utiliza perguntas sobre a situação escolar de cada indivíduo, possibilitando as seguintes informações: se frequenta escola ou não; se frequenta, qual a série e grau que está matriculado; e se não frequenta, qual a última série concluída com êxito.

Considerando-se que para ter concluído ou estar matriculado numa série o indivíduo concluiu com êxito as séries anteriores, "é possível determinar a distribuição de ingressos e aprovados por série e por idade da população a partir dos cinco anos de idade", comentou Ribeiro.

Estratégia espacial

Mesmo com a crise sócioeconômica que o Brasil atravessa e o impasse nas negociações com os Estados Unidos sobre transferência de tecnologia para uso espacial, o País ainda se encontra num estágio avançado de desenvolvimento no setor espacial. São indicativos desse progresso a formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico altamente especializado, a instalação e operacionalização de grandes laboratórios e outros meios de infra-estrutura de solo, a introdução de técnicas modernas de gerenciamento e o envolvimento, ainda incipiente, da indústria nacional.

Essas conquistas porém não foram fruto de uma política bem fundamentada, nem de um programa bem estruturado, respaldado por um financiamento assegurado e

uma execução eficiente, dizem os especialistas

É preciso definir, portanto, uma política para o setor, para que o trabalho já realizado não seja prejudicado. Para discutir essa questão, o IEA realizou no dia 10 de abril a mesa-redonda *Estratégia Espacial Para o Brasil*.

Participaram representantes de setores diretamente vinculados à pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologia espacial, entre eles o brigadeiro-do-ar José Marconi de Almeida Santos, vice-presidente executivo da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae); Aydano Barreto Carleial, gerente do programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS); Jayme Boscov, gerente do projeto Veículo Lançador de Satélite (VLS).

MUDANÇAS - Segundo os participantes é necessário e urgente reorganizar as atividades do setor, tendo em vista a elaboração de uma política espacial. Caso contrário o Brasil estará desperdiçando a oportunidade de capacitar-se em termos espaciais e perdendo investimentos estimados em US\$ 1,5 bilhão. A definição

dessa política, em princípio, é de iniciativa do Poder Executivo. Ao Legislativo cabe apreciar o conjunto das políticas setoriais do governo.

PROPOSTA - Diante da necessidade de uma percepção convergente do problema, o IEA continuará debatendo o tema. Será constituído o Programa de Política Espacial Brasileira, sob a coordenação do professor João Evangelista Steiner, com o objetivo de redigir um documento contendo os elementos básicos para uma estratégia espacial para o País.



Debate sobre política espacial prosseguirá em programa mobilizador

Mauro Beltra

AMÉRICA LATINA

A integração regional e o Mercosul

O embaixador Rubens Barbosa, representante brasileiro no Grupo Mercado Comum e chefe do Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores, pronunciou no IEA palestra em que fez a "mise au point" do processo de integração.

Partindo da percepção brasileira de que o Cone Sul representa o tema mais importante da nossa diplomacia neste fim de século, constatou que essa representa uma nova atitude para o Brasil, que nas suas palavras tinha a "síndrome do cavaleiro solitário".

Com razão apontou para o fato de que o Tratado de Assunção representou novo e importante impulso no processo de integração da América Latina, gerando a ampliação e diversificação do próprio conceito de integração e o favorecimento de uma clara sub-regionalização do Continente, que apressa e facilita a integração.

A estrutura sub-regional é apontada como "importante fator de harmonização e aperfeiçoamento de uma série de regras e disposições relativas a comércio exterior, política industrial e investimento estrangeiro" no seio do Mercosul. Evidentemente será fator de modernização e estabilidade, ao mesmo tempo que instrumento de internacionalização ou abertura da economia. A importância do Protocolo de Brasília de 17 de dezembro de 1991, sobre solução de disputas no âmbito do Mercado Comum, a definição dos certificados de origem e sanções contra a sua má utilização, o Regimento Interno do Grupo de Mercado Comum e o acordo marco para o estabelecimento de acordos setoriais são alguns dos pontos em que se progrediu.

Os temas de regulamentação dominarão o segundo ano de atividades do Mercosul, com prioridade na facilitação de transpor-

tes e trânsito de mercadorias, formulação de regras que facilitem o comércio e assegurem a livre competição.

As conseqüências práticas da criação do Mercado Comum refletem-se nos índices relativos ao comércio, que cresceu de 1,6 bilhão de dólares em 1985 para 3,6 em 1990, sendo que o volume total do comércio brasileiro com os países do Mercosul atingiu 4,9 bilhões de dólares em 1991, ou seja, uma expansão de 36% sobre 1990.

A redução de 60% nas tarifas que vigorará a partir do fim deste ano fará com que o comércio no Mercosul aumente, sendo que a expectativa é de aumento de "joint ventures", associações, participações cruzadas, bem como dos investimentos vindos de fora da região.

As próximas etapas do Mercosul, acentuou o embaixador, impõem uma série de decisões com forte conotação política, visando a coordenação das políticas macro-econômicas, a institucionalização dos órgãos comunitários e a implantação de uma cultura comunitária que permita a partilha de soberanias pela aceitação de uma autoridade supranacional. A consolidação das etapas já percorridas e a complementação dos estudos e medidas já encetados são providências práticas aguardadas. Os estudos para a implantação da tarifa externa comum, a harmonização das normas técnicas, temas como as Zonas Francas e os monopólios estatais estarão em pauta. Assim toda a cidadania precisa participar da reflexão sobre a futura conformação do Mercado Comum, que afetará a vida de todos e de cada um.

(Luiz Olavo Baptista - advogado e professor da Faculdade de Direito da USP)

Estudos Avançados

O número 13 da revista *Estudos Avançados*, que será lançado este mês, traz vários destaques. O principal deles é o segundo dossiê sobre educação no Brasil, com trabalhos de Guiomar Namó de Mello (políticas públicas), Simon Schwartzman (educação e desenvolvimento), Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Ciesps) e Nilson José Machado (ensino de matemática).

A revista reúne ainda dois textos que tratam do tema capitalismo em crise: "Morte e ressurreição do capitalismo: a propósito de Schumpeter", de Jean-Jacques Salomon, e "A disparada rumo ao capitalismo", de John Kenneth Galbraith.

Entre os outros temas tratados estão a crise brasileira dos anos 80, em "O Leviathan declinante", dos professores Brasílio Salum Jr. e Eduardo Kugelmas; a questão amazônica, pelo pesquisador francês Alain Ruellan, em "Amazônia: questões e responsabilidades"; e meio

RÁDIO

Uma Janela Para o Mundo

Todos os sábados, às 14hs, a rádio USP FM (93,7) transmite o programa do IEA "Uma Janela Para o Mundo". Agora as cópias das transmissões podem ser emprestadas por pesquisadores e instituições. Esta é a relação dos programas transmitidos nos quatro primeiros meses deste ano:

- *Nem presidencialismo, nem parlamentarismo* - Dalmo Dallari
- *Parlamentarismo versus presidencialismo* - Bolívar Lamounier
- *Estado, nação e clientelismo no Brasil imperial* - Richard Graham
- *Modernização da gestão e dos sistemas educativos na América Latina* - Juan Carlos Tedesco e Guiomar Namó de Mello
- *Financiamento dos programas de saúde* - Antonio Carlos Campino e Gerhard Malnic
- *Ciências cognitivas: uma ciência sem história?* - Marcelo Dascal e Henrique Del Nero
- *O Instituto de Estudos Ibero-Americanos de Hamburgo (Alemanha)* - Gilberto Calcagnoto
- *As descrições geográficas em Portugal: construção de uma imagem* - Joaquim



Joseph Schumpeter, cujas conclusões sobre o capitalismo são analisadas por Jean-Jacques Salomon no nº 13 de Estudos Avançados

geográfico, raça e cultura, em "Canaã: o horizonte racial", pelo poeta, ensaísta e tradutor José Paulo Paes.

A seção Criação publica a peça coral de Gilberto Mendes "Vila Socó meu amor", acompanhada de comentários do pianista José Eduardo Martins.

Antero Romero Magalhães

- *Instalação de uma base de pesquisa na Serra do Navio no Amapá* - Erney Plessman de Camargo
- *Organização de trabalho e qualidade industrial: notas a partir do caso japonês* - Helena Hirata, Gilson Schwarz e José Carlos de Toledo
- *O Brasil e os sistemas de inovação diante do século 21* - Amaury Porto de Oliveira e Milton Campanário
- *Uma linguagem de Portugal no mundo: Projeto Arte Global* - Leonor Alvim, Carlos Guilherme Mota e Antônio Luiz da Rocha Barros
- *Política espacial brasileira* - João Evangelista Steiner
- *O projeto do IEA para a educação* - Sérgio Costa Ribeiro
- *A questão nacional e a modernização* - Raymundo Faoro
- *O imaginário na expansão portuguesa* - Luiz Adão da Fonseca e Carlos Guilherme Mota
- *A integração regional e o Mercosul* - Rubens Antonio Barbosa e Ricardo Seitenfus
- *A questão da territorialidade na expansão portuguesa* - Jorge Couto

Novos cadernos da *Coleção Documentos* estão sendo lançados este mês. São íntegras de palestras realizadas e textos em discussão nas áreas, programas e grupos do IEA. Os interessados em receber a relação completa dos cadernos publicados devem entrar em contato com a secretaria do Instituto. Estes são os lançamentos do mês:

Assuntos Internacionais

- *História Recente do Oriente Remoto* - Amaury Porto de Oliveira
 - *The Evolving Debt Strategy and Foreign Debt Negotiations* - Percy Mistry
 - *The Crisis of the Development State and the New International System* - Hartmut Elsenhans
- ### Ciência Cognitiva
- *Why Does Language Matter to Artificial Intelligence?* - Marcelo Dascal

- *Scientific Psychology in the View of Phenomenology and Constructive Realism* - Friedrich Wallner e Kurt Durnwalder
- *O Conceito de Estabilidade Estrutural* - José Roberto Castilho Piqueira

- *Sistema Hipermídia: Caracterização, Protótipo, Novo Projeto e a Questão da Interação Humano-Computador* - Idméa Semeghini Próspero Siqueira, Antônio Eduardo Costa Pereira e Dóris Ferraz de Aragon

Estudos Sobre o Tempo

- *O tempo na Literatura* - vários autores
- *Tempo e Poder* - vários autores

Estudos Urbanos

- *Plano Diretor Urbano: Desafio Para a Gestão da Cidade Brasileira dos Anos 90* - Raquel Rolnic
- *Sobre Planos Diretores: Em Busca da Urbanidade* - Maria Adélia A. de Souza
- *A Homogeneização do Espaço e o Plano Diretor de São Paulo* - Nadia Somekh

A principal tarefa hoje da Comunidade de Estados Independentes (CEI), dos Estados Unidos e de alguns outros países é intensificar a desmilitarização de forma bastante rápida e sistemática, segundo Georgi Arbatov, diretor do Instituto Estados Unidos-Canadá da Academia de Ciências da Rússia e integrante do Conselho Consultivo do presidente Boris Yeltsin.

Arbatov, que integrou o Comitê Central do Partido Comunista e o Congresso dos Deputados do Povo da ex-URSS, fez no IEA no dia 15 de março a palestra *A Comunidade de Estados Independentes e a Ordem Internacional*, a convite da Área de Assuntos Internacionais e do Centro de Estudo dos Países Socialistas em Transformação (CEPSt)

Para ele, a desmilitarização da CEI, com a urgência requerida, é dificultada pelas heranças da "guerra fria": "Como organizar a vida de centenas de milhares de oficiais que esperam sua desmobilização? Como promover a conversão da indústria bélica (cerca de 40% do setor industrial) sem ocasionar um desemprego em massa, sem ocasionar no meio

MUDANÇA

A CEI e a ordem internacional



Mauro Belles

Arbatov: prioridade é a desmilitarização

dos trabalhadores o motivo básico para extremismos ou de um nacionalismo militarista?"

Ameaças - Outra tarefa fundamental na sua opinião é a democratização de todo o sistema de relações internacionais. "Isso é importante para sistematizar a compreensão do que podem ser as fontes de

ameaças e estabelecer prioridades". Arbatov considera os problemas ambientais uma dessas fontes, podendo atingir um ponto crítico para toda a humanidade no final do milênio. "O agravamento do problema da poluição atmosférica e das águas fluviais e marítimas aliado à ação deletéria

(psíquica, química etc.) exercida sobre o homem pela indústria e pela afoita popularização da civilização informático-industrial podem acabar pondo em xeque o próprio futuro da humanidade."

Ele acredita também que se pode esperar a intensificação dos desafios econômicos mais disparatados: desde a desestabilização financeira internacional até a guerra pelo mercado exterior e os conflitos mais agudos relativos à transferência de tecnologias.

Com o fim da "guerra fria" e o aprofundamento de uma espécie de "vácuo ideológico", tudo leva a crer que esse espaço será preenchido pelas diversas concepções fundamentalistas, nacionalistas, patriarcais e tradicionalistas, "as doutrinas de um 'terceiro' caminho 'particular'", disse Arbatov. Ele considera que a maior ameaça para a estabilidade da ordem internacional seria a vitória na Rússia de forças chauvinistas, imperia- listas, para a qual contribuiriam o fracasso econômico, o acirramento dos problemas sociais e a perseguição das minorias russas (cerca de 25 milhões de pessoas) que vivem nos territórios das outras repúblicas da CEI.

HISTÓRIA

O imaginário dos navegantes

Dois temas foram discutidos por professores visitantes da Cátedra Jaime Cortesão em abril: o imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16 e a questão da territorialidade na expansão portuguesa daquele período. O primeiro foi tratado pelo professor Luís Adão da Fonseca, da Universidade do Porto e coordenador-adjunto da Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; o segundo, pelo profes-

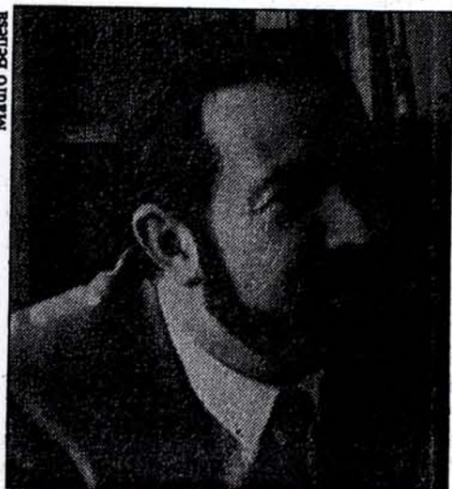
sor Jorge Couto, da Universidade de Lisboa.

Fonseca tem-se dedicado nos últimos anos ao estudo do imaginário nacional português no período que vai da conquista de Ceuta (1420) até o descobrimento do Brasil. Ele considera a viagem de Pedro Álvares Cabral o momento de transição entre a primeira e a segunda fase do relacionamento português com o Atlântico: "Além de um espaço físico, o Atlântico é o espaço de uma civilização, e essa civilização se define basicamente por um imaginário comum a uma sociedade tricontinental (européia, americana e africana)".

É clara a influência do trabalho de Fernand Braudel a respeito do Mediterrâneo nas pesquisas de Fonseca. Os dois mantiveram contatos em eventos sobre história nos últimos anos de vida do historiador francês. "Minha dívida com Braudel vai além desses contatos. Sua obra sobre o Mediterrâneo, serviu de parâmetro para estudos de vários pesquisadores sobre o Atlântico e o Índico. A questão que ele abordada da relação entre os diversos tempos históricos também é uma de minhas preocupações", comentou.

TERRITORIALIDADE - O papel que o povoamento e a colonização de novos territórios teve na expansão portuguesa dos séculos 14 e 15, em que fases ela foi mais importante e quando houve uma supremacia do interesse das redes comerciais pelo domínio dos oceanos foram discutidos por Jorge Couto.

Ele lembrou que as primeiras experiências portuguesas de sucesso em termos de territorialidade foram aquelas dos arquipélagos atlânticos (Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Além de dar palestras, Couto aproveitou sua estada na USP para pesquisar a atuação dos jesuítas no Brasil.



Jorge Couto



Luís Adão da Fonseca

PROGRAMAÇÃO MAIO-JUNHO/1992

DATA	TEMA	CONFERENCISTA	ÁREA/PROGRAMA
18/5 - 14h	INOVAÇÕES GERENCIAIS NA AMÉRICA LATINA	Carlos Dávila (Univ. de los Andes, Colômbia)	Assuntos Internacionais
21/5 - 9h30	A QUESTÃO FLORESTAL NA UNCED' 92	Aziz Ab'Sáber e Mauro Victor	Ciências Ambientais e Projeto Floram
22/5 - 9h	O CÓLERA EM SÃO PAULO	Aracy Witt de Pinho Spinola, José da Rocha Carvalheiro e Álvaro Escrivão Jr., <i>coordenadores</i>	Mesa-Redonda
25/5 - 9h30	ANTHROPOTECHNOLOGIE: L'ASSIMILATION NATIONALE DE TECHNOLOGIE	Alain Wisner (Conservatoire National des Arts et Métiers, França)	Política Científica e Tecnológica
25/5 - 17h	A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO EM 93	José Serra (Câmara dos Deputados)	Conferência do Mês
27/5 - 9h	OS PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL: REALIDADES E EXPECTATIVAS	Ricardo Seitenfus, <i>coordenador</i>	Assuntos Internacionais e Projeto Mercosul
29/5 - 15h	NEW GENERATION OF BIOLOGICAL PRODUCTS FOR HUMAN USE	Darrell T. Liu (Food & Drugs Administration, EUA)	Biologia Molecular
11/6 - 9h	AS NOVAS DEMOCRACIAS E A CRISE ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA	Francisco Weffort (FFLCH)	Conferência do Mês
23/6 - 10h	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA DIANTE DA INTEGRAÇÃO NO CONE SUL	Antônio Pedro Schlindwein (UFSC), Juan Algorta Plá (UFRGS), Sônia de Camargo (PUCRJ) e Tabajara Gaúcho (UFSM)	Assuntos Internacionais e Projeto Mercosul

Local: sede do IEA. Os eventos são abertos ao público e não necessitam de inscrição.

Mercosul

Neste bimestre, a Área de Assuntos Internacionais e o Projeto Mercosul organizam dois eventos. No dia 27 de maio, às 9h, o professor visitante Ricardo Seitenfus coordena um debate sobre a realidade atual e as expectativas dos países integrantes do Mercosul. O papel da universidade brasileira no processo de integração será abordado no dia 23 de junho, às

10h, em mesa-redonda com especialistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas atividades integram o Projeto Mercosul Fase I, realização conjunta do IEA, Ministério das Relações Exteriores e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Nele, o IEA organizará um banco de referências e coordenará o subprojeto regional, do qual participarão instituições acadêmicas e outras entidades dos quatro países.

Florestas

A Área de Ciências Ambientais e o Projeto Floram realizam no dia 21 de maio, às 9h30, o seminário *A Questão Florestal na Unced' 92*, com os professores Aziz Ab'Sáber e Mauro Victor. O objetivo do evento é discutir as propostas sobre florestas que estarão em discussão na Unced'92 e confrontá-las com as diretrizes do Projeto Floram, elaborado no IEA.

**estudos
AVANÇADOS**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Vice-Reitor: Ruy Laurenti

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS
Conselho Deliberativo: Jacques Marcovitch (*diretor*), Alfredo Bosi, Geraldo Forbes, Gerhard Malnic, João Evangelista Steiner, Júlio Cezar Franco de Oliveira, Umberto Giuseppe Cordani e Walter Colli.

Assistente Técnico Acadêmico: Rubem Affonso Beltrão Junior. Redação: Mauro Bellesa (*jornalista responsável*) e Dario Borelli. Endereço: av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, térreo, Cidade Universitária, 05508, São Paulo, SP. Telefone: (011) 813-3222, ramais 2519 e 2730. Fax: (011) 211-9563. Serviços gráficos: Coordenadoria de Comunicação Social da USP.